

Lucio Flavio Pinto

4468 Situação real

Uma palavra de ordem mobilizou os garimpeiros hoje reunidos em Imperatriz, Marabá e Serra Pelada: é preciso defender, por qualquer meio, o direito ao trabalho. "Serra Pelada é nossa", proclama um dos cartazes, simbolizando o estado de espírito da massa de gente simples, sem outra perspectiva de sobrevivência além do garimpo.

Para algumas milhares de famílias de lavradores da baixada maranhense e vizinhanças, uma das regiões mais pobres do país, o garimpo surgiu como um oásis. Eles não têm mais qualquer possibilidade de acesso a um pedaço de terra. O garimpo oferece a possibilidade de uma remuneração média de 450 mil cruzeiros por mês. Não importa que pouco desse dinheiro reverta para a família. Nem as terríveis condições de trabalho. A política agrária oficial não lhes deixa alternativa. Ela transforma lavradores em garimpeiros.

A perspectiva dos garimpeiros mais antigos não é muito diferente, embora vista por outra ótica. Eles aprenderam a identificar a empresa como a inimiga insidiosa: vem no rastro desses faiscaadores de minério e, quando eles descobrem uma mina, expulsa-os. Ajudada pelo governo, que age como capitão do mato.

Para auxiliar seus aliados políticos, o governo convenceu os garimpeiros que eles haviam realizado uma justa expropriação dos direitos legais da empresa detentora da concessão de lavra. A única retribuição a esse novo tipo de posse seria o voto aos candidatos oficiais. Votos esses candidatos tiveram em massa. Os garimpeiros cumpriram sua responsabilidade no trato. Cobraram a do governo, ainda mais porque a retórica dos líderes proclamava-os como salvadores da pátria combatida pela bactéria da dívida externa, contra a qual o ouro era o único antibiótico à mão (as reservas monetárias haviam se volatilizado).

Serra Pelada começou como uma típica zona garimpeira: a boa sorte poderia pousar sobre qualquer cata, transformando um rude peão em um milionário subitamente. Mas a loteria nunca foi um instrumento da socialização da riqueza: a esmagadora maioria dos homens que se lançaram ao barranco não encontrou ouro. Alguns se arruinaram e foram embora. Outros, para continuar, fizeram parceria com quem tinha dinheiro. Mesmo assim, à falta de bons resultados, deixaram de ser "meias praças" para tornarem-se "formigas". De produtores autônomos, viraram assalariados.

É nesta condição que se encontram atualmente uns 90% dos garimpeiros de Serra Pelada. O assalariamento foi produzido tanto pelo próprio processo produtivo, como por injunções políticas. A infra-estrutura montada pelo governo para o apoio à atividade produtiva foi uma inovação de Serra Pelada. Mas essa ajuda oficial não chegou ao ponto de financiar os garimpeiros, incapazes

de, por seus próprios meios continuar tocando suas catas. Eles tiveram que chegar-se aos capitalistas, ficando só eles. Ademais, garimpeiro vota, mas não financia campanhas eleitorais por falta de capital em volume e concentração necessários. E não esquecer que as lideranças políticas elegeram-se independentemente da validação dos votos de Serra Pelada. Mais do que base eleitoral, o garimpo foi uma base financeira.

Todas essas variáveis interferem fortemente hoje, quando toda a nação precisaria saber o que é Serra Pelada antes de decidir qual o caminho a indicar-lhe. As milhares de pessoas levadas às praças públicas estão absolutamente certas quando defendem o direito ao meio de trabalho que lhes garante a sobrevivência. Com todos seus sacrifícios e por sua condição de vida, credenciaram-se a permanecer na área. Seria supina insensatez tentar expulsá-las, repetindo mecanicamente procedimentos do passado (como, no início a década de 70, com os garimpeiros de cassiterita de Rondônia). Mas, após algumas hesitações e manobras, nenhuma autoridade do governo declarou que os garimpeiros sairão.

Segundo a informação oficial, o decreto de desmembramento da jazida está minutado. Com a ampliação vertical da faixa de garimpagem, haverá ainda trabalho por mais dois anos, na pior das hipóteses. O que está em jogo, portanto, já não é o direito dos garimpeiros de continuar em Serra Pelada. O que está em questão é como isto vai ser feito. Este aspecto interessa muito mais aos que financiam a atividade garimpeira, aparecendo como representantes de uma categoria com a qual se vinculam por serem os agentes financeiros e não por solidariedade ao trabalho. Só assim se justifica que uma mulher lidere uma comunidade da qual mulheres não podem participar.

O que ainda não está definido diz respeito não mais ao trabalho, mas ao capital. Está relacionado ao rebaixamento do barranco, ao pagamento do royalty, à estrutura jurídica da entidade que vai responder por custos e responsabilidades, etc. Qualquer que seja sua parcela nessas obrigações, o garimpeiro vai pagá-la com seu trabalho. Mas a empresa que fará a terraplenagem haverá de querer o dinheiro quando concluir o serviço. E alguém precisa adiantá-lo. Por isso, no fundo, a reivindicação mais importante, ainda não formulada, explicitamente é a manutenção do "status quo": o governo assume os custos e alguém fica com o lucro.

Só que, não sendo mais Serra Pelada uma estrutura produtiva dotada de certa homogeneidade, onde todos são trabalhadores, o "status quo" significa financiar uma empresa. Ela pode ser informal e menos poderosa do que a detentora da lavra. Mas sempre haverá um resultado: apropriação dos resultados por um pequeno grupo.